



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
*“Departamento Jurídico”*

---

Of. 05/2015-GAB

Canoinhas, 22 de janeiro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**Gilmar Martins**  
Presidente da Câmara de Vereadores  
Canoinhas – SC

Assunto: **Veto ao Projeto de Lei nº. 10/2015, que “Autoriza alvará provisório de táxi para Altair Lopes de Medeiros”.**

**Senhores Vereadores,**

Cumprimentando-os, cordialmente, venho à presença de Vossas Excelências, com fundamento no artigo 44, parágrafo primeiro e artigo 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, comunicar que decidi vetar integralmente o Projeto de Lei nº. 10/2015 aprovado por esta Egrégia Casa Legislativa.

O Projeto de Lei nº 10/2015 originário do Poder Legislativo Municipal versa sobre a concessão para exploração de serviços de táxi através de alvará provisório para Altair Lopes de Medeiros.

Inicialmente, convém mencionar a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 30, inciso I, determina que compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, estabelecendo no inciso V do mesmo artigo, que os Municípios poderão organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local.

O artigo 175 da Carta Maior ratifica o disposto no artigo 30, reafirmando que é incumbência do Poder Público, na forma da Lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, **precedido de processo licitatório**, a prestação de serviços públicos, ao assim dispor que “Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob-regime de concessão ou permissão, **sempre através de licitação**, a prestação de serviços públicos. Parágrafo único. A lei disporá sobre: I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial

---

Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro - Telefone: (47) 3621-7700 - Fax: (47) 3621-7712 - E-mail: [gabinete@pmc.sc.gov.br](mailto:gabinete@pmc.sc.gov.br)  
Site: [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) - CNPJ: 83.102.384/0001-80 - CEP: 89.460-000 - CANOINHAS - SANTA CATARINA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**“Departamento Jurídico”**

de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão; II - os direitos dos usuários; III - política tarifária; IV - a obrigação de manter serviço adequado”.

Em observância ao mencionado preceito constitucional, ainda que tardiamente, foi editada a Lei Federal nº 8.987/95, a qual dispõe sobre o regime de concessão e permissão para a prestação de serviços públicos, que de igual forma exige o prévio certame licitatório para a outorga dos serviços a terceiros.

No mesmo sentido, dispõe a Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 66, VII, que dentre outras, **são atribuições do Prefeito Municipal** “permitir ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros, com autorização da Câmara”.

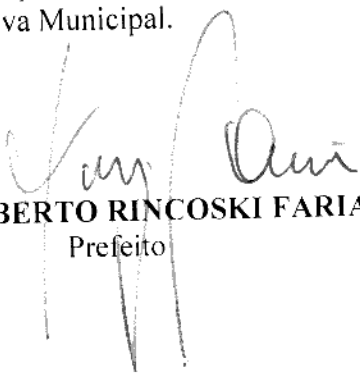
Corroborando com as determinações legais pertinentes à matéria e em consonância com o entendimento doutrinário, a Jurisprudência predominante nos Tribunais Pátrios é no sentido de que os serviços de táxi, constituem serviços públicos de interesse local, visto que envolvem a segurança no transporte dos passageiros, submetendo-se, por isso, às regras do art. 175, em caráter geral, e do art. 31, I e IV, da Constituição e, se concedidos ou permitidos, reclamam prévio procedimento licitatório.

Em suma, tratando-se de serviço público (prestação de serviços de táxi), faz-se imprescindível, para a sua delegação, a realização do devido procedimento licitatório, conforme a inteligência do art. 175 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Bem se vê, portanto, Vossas Excelências, que é inequívoco que a prestação de serviços de táxi constitui serviço público e, como tal, deve ser outorgado através de processo licitatório, sendo manifestamente inconstitucional a aprovação do projeto de lei em análise.

Diante do exposto, Senhor Presidente e Nobres Vereadores fazem-se necessário a apreciação e consequente manutenção do veto ao Projeto de Lei nº. 10/2015 ora apresentado às Vossas Excelências, pelo que submeto a presente justificativa à elevada apreciação dos Senhores Membros desta Egrégia Câmara Legislativa Municipal.

Atenciosamente,

  
**LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA**  
Prefeito